

Aplicação da Lei de Acesso à Informação no MDHC

**Divisão de Promoção do Acesso à Informação
Controladoria-Geral da União**



PROGRAMAÇÃO



10h – Abertura

10h10 – Conceitos iniciais, visão geral da LAI, atribuições do SIC, boas práticas e tipos de resposta

10h55 – Restrição de acesso à informação e hipóteses de não atendimento

11h35 – Apresentação do material de apoio e considerações gerais

11h40 – Dúvidas e Encerramento

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO É RESPONSABILIDADE DE TODOS

+



+

Autoridades

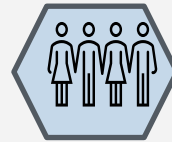
+



+

Colaboradores
do SIC

+



+

Servidores e
empregados
públicos

É essencial disseminar a **cultura da transparência**, sensibilizar a alta gestão e orientar servidores e empregados públicos

ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA LAI

ACESSO É A REGRA

Sigilo é exceção!
(art. 3º, I, LAI)



MOTIVAÇÃO

É vedada a exigência
de motivação
(art. 10, § 3º, LAI)

GRATUIDADE

Serviço de
informação é gratuito
(art. 12, LAI)

PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Pedido de Acesso à Informação é uma demanda que tenha por objeto solicitar **um dado ou informação** que esteja sob a guarda do Estado

É possível pedir informações como:

- Cópia integral de contratos administrativos, por exemplo: contrato de terceirização de mão de obra;
- Tipos de benefícios oferecidos aos servidores e respectivos valores;
- Previsão de realização de concurso público para provimento de cargos;
- Informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades.



O QUE PODE SER SOLICITADO?

Toda informação produzida, guardada, organizada e gerenciada pelo Estado é **um bem público**. O acesso deve ser restringido apenas em casos previstos em lei.

INFORMAÇÕES PRODUZIDAS OU CUSTODIADAS PELO ESTADO

Acesso Restrito

PESSOAL
art. 31

SIGILOSA
art. 22

CLASSIFICADA
art. 23

DOC. PREPARATÓRIO
art. 7º, § 3º

É PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Número de protocolo 00105.005377/2024-62	Tipo Acesso à Informação	Esfera Federal	Órgão destinatário MDHC - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
Resumo Endereços Fale aqui (teor) 1. Solicitamos o fornecimento de planilha, em formato aberto (csv, xls, ods), contendo: a) os nomes e b) endereços completos de cada um dos prédios com atividades / escritórios de representação do órgão em território nacional, assim como c) se o órgão ocupa os prédios desde 01/01/2023 e, em caso negativo, d) desde quando ocupa cada prédio e e) as informações sobre os prédios ocupados anteriormente, indicando o período de ocupação. 2. Existe previsão para realocação das atividades do órgão para outro prédio nos próximos meses/anos?			
Serviço -		Subassunto -	
Assunto Acesso à informação			
Tag -			
Data de cadastro 26/11/2024	Prazo de atendimento 16/12/2024	Situação atual Concluída	Código de Acesso xmea9304

NÃO É PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

- Desabafos, reclamações, elogios: esses tipos de manifestação devem ser feitos para a Ouvidoria do órgão
- Denúncias: comunicação de ilegalidades que demandam atuação do Poder Público
- Consultas sobre a aplicação de legislação, salvo se o órgão tiver documento sobre o caso específico
- Pedidos de opinião

NÃO É PEDIDO DE INFORMAÇÃO

Tentei registrar uma denúncia no canal direitos humanos, no Telegram, mas a atendente não dedicou o mínimo de tempo para compreender a mensagem. Por favor, treinem melhor seu pessoal, coloquem para trabalhar gente que tenha condições de lidar com esse tipo de demanda. Obrigada. Segue o print do atendimento encerrado, antes que eu pudesse concluir a manifestação.

RECLAMAÇÃO

Solicito minha inclusão no registro de referência a pessoa com deficiência, possuo deficiência auditiva severa e faço uso de prótese auditiva. Meus documentos pessoais (RG, CNH) e meu cadastro no CadUnico já estão atualizados com a informação, mas a mesma não consta no registro de referência para Pcd.

SOLICITAÇÃO

Sugiro a criação de um Projeto de Lei para cuidar de crianças e adolescentes abandonados. Há instituições que recebem essas crianças, mas quando o adolescente completa 18 anos não tem um local para ir. Deveria existir uma poupança para essas crianças.

SUGESTÃO

ALTERAÇÃO DE TIPO

- A Plataforma Fala.BR permite ao órgão/entidade alterar o tipo de manifestação registrada no Sistema;
- O requerente pode apresentar um pedido de revisão (até 10 dias, a contar da notificação). Esse pedido será julgado pela CGU (em até 5 dias);
- Deve-se ter muita cautela para realizar a alteração de tipo, pois uma alteração equivocada prejudica o cidadão.

CANAIS PARA RECEBIMENTO DE PEDIDOS



Fala.BR - Módulo LAI

Uso obrigatório no Governo Federal
(Art. 11-A do Decreto nº 7.724/2012)

SIC Físico

Espaço físico para atendimento
presencial

Outros meios

Carta, telefone, e-mail, etc.
Obrigatório registrar o pedido no Fala.BR
(Art. 11-A, § 2º)

Solicitante

Órgão ou entidade pública

Pedido inicial

O solicitante envia um pedido de acesso à informação para um órgão ou entidade pública.

Análise do pedido

O órgão analisa o pedido.
Em até 20 dias + 10

Resposta ao pedido

O órgão responde ao pedido, fornecendo ou negando o acesso nos termos da LAI.

Recurso

Caso o solicitante não concorde com a resposta, ele **tem 10 dias** para apresentar um recurso.

Análise do recurso

O órgão analisa o recurso.
Em até 5 dias

Resposta ao Recurso

O órgão responde ao recurso, dando provimento ou desprovimento

até +3x

PRAZOS E INSTÂNCIAS RECURSAIS NO PEF

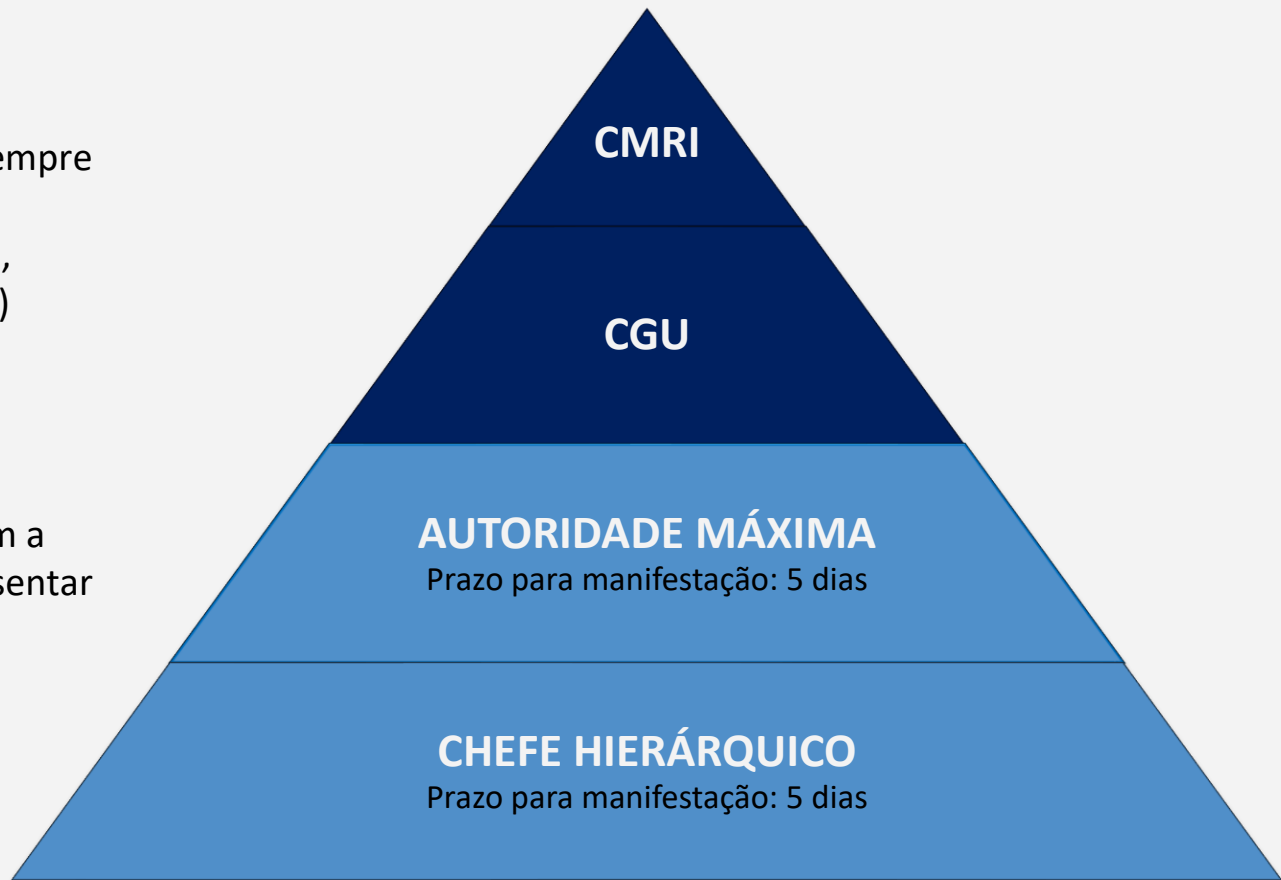
Pedido inicial

Órgão/entidade deve responder, sempre que possível: **imediatamente**.

Prazo máximo: 20 dias (prorrogável, mediante justificativa, por + 10 dias)

Recurso

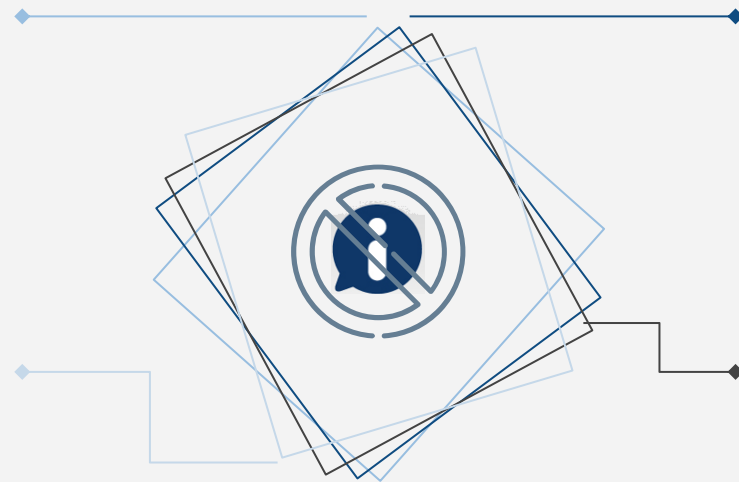
Caso o **solicitante** não concorde com a resposta, ele tem 10 dias para apresentar um recurso



MARCAÇÕES NO SISTEMA



CASOS CONCRETOS - DESTINATÁRIO DO RECURSO



DESTINATÁRIO DO RECURSO

^ Data da resposta: 07/08/2023, às 16:14			
Tipo Resposta Conclusiva	Responsável pela resposta COORDENAÇÃO-GERAL DO DISQUE DIREITOS HUMANOS	Decisão Acesso Concedido	Especificação decisão Resposta solicitada inserida no Fala Br
Destinatário Recurso 1º OUVIDOR NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS	Prazo para recorrer 17/08/2023 23:59	Restrição conteúdo Pública	

Adequação no preenchimento do campo destinatário recurso –
NUP 00105.009217/2023-10

DESTINATÁRIO DO RECURSO

 Data da resposta: 20/06/2023, às 12:01

Tipo Resposta Conclusiva	Responsável pela resposta Coordenação-Geral de Diversidade e Interseccionalidade - CGDI	Decisão Acesso Concedido	Especificação decisão Resposta solicitada inserida no Fala Br
Destinatário Recurso 1º SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	Prazo para recorrer 30/06/2023 23:59	Restrição conteúdo Pública	

Inadequação no preenchimento do campo destinatário recurso – NUP
00105.007120/2023-64

MARCAÇÕES NO SISTEMA DECISÃO



Analisar Manifestação

Teor

Resumo

Fale aqui
1234568

Anexos Originais

Não foram encontrados registros.

Envolvidos

Nome	Função	Órgão/Empresa
PAULA LUIZA SANTOS DE MENDONÇA	Analista	Cgu

Campos adicionais

Campos específicos deste órgão

Campo	Valor
teste campo adicional	21092023
Teste - Vinicius	teste - paula

Manifestação

Tipo de manifestação

Acesso à Informação

Número

55555.000617/2023-45

Esfera

Federal

Órgão destinatário

CGU - Controladoria-Geral da União

Órgão de interesse

-

Serviço

Assunto

Atos terroristas de 8 de janeiro

Alterar

Subassunto

Alterar

Tags

Alterar

Data de cadastro

22/09/2023

Prazo de atendimento

16/10/2023

Situação

Cadastrada

Registrado por

Paula Luiza Santos de Mendonça

Modo de resposta

Pelo sistema (com avisos por email)

Canal de entrada

Telefone

Responsável pela análise

Paula Luiza Santos de Mendonça

Observação do órgão

Responder

Importante:

na resposta ao pedido de acesso à informação, considere os Enunciados da Controladoria-Geral da União sobre a aplicação da Lei de Acesso à Informação no Poder Executivo Federal. [Acesse aqui.](#)

Tipo da Resposta *

Resposta Conclusiva

Decisão *

Acesso Negado

Especificação da decisão *

Selecione...

Especificar decisão caso for acesso concedido, parcialmente concedido ou negado.

Texto da Resposta *

Exibir Previsão FalaBR-IA

Anexos já incluídos

Não há anexos.

Incluir Anexos

Responsável pela resposta *

Nome da área técnica (por extenso) ou área técnica e cargo do servidor que produziu a

Destinatário do recurso de primeira instância *

Cargo da autoridade (por extenso) e opcionalmente o seu nome

Restrição de conteúdo *

As manifestações e respostas serão disponibilizadas para consulta aberta com o objetivo de ampliar a publicação proativa de informações públicas, desde que não contenham informações pessoais ou protegidas por outras hipóteses de sigilo. Este pedido de acesso ou sua respectiva resposta contém informações sujeitas à restrição de acesso, conforme previsto na Lei 12.527/2011?

Sim

Não

Salvar rascunho

Responder

Encaminhar

Exportar PDF

Voltar

Encaminhar

Prorrogar

Alterar tipo

Decisão *

Acesso Concedido

SELECIONE...

Acesso Concedido

Acesso Negado

Acesso Parcialmente Concedido

Informação Inexistente

Órgão não tem competência para responder sobre o assunto

Pergunta Duplicada/Repetida

Não se trata de solicitação de informação

Restrição de conteúdo *

As manifestações e respostas serão disponibilizadas para consulta aberta com o objetivo de ampliar a publicação proativa de informações públicas, desde que não contenham informações pessoais ou protegidas por outras hipóteses de sigilo. Este pedido de acesso ou sua respectiva resposta contém informações sujeitas à restrição de acesso, conforme previsto na Lei 12.527/2011?

☐ Sim ☒ Não

Salvar rascunho

Responder

MARCAÇÕES NO SISTEMA

Categorização da Resposta no Fala.BR (Decisão)

- a) Acesso concedido;
- b) Acesso parcialmente concedido;
- c) Acesso negado;
- d) Não se trata de pedido de informação;
- e) Informação inexistente;
- f) Órgão não tem competência para responder;
- g) Pergunta duplicada;

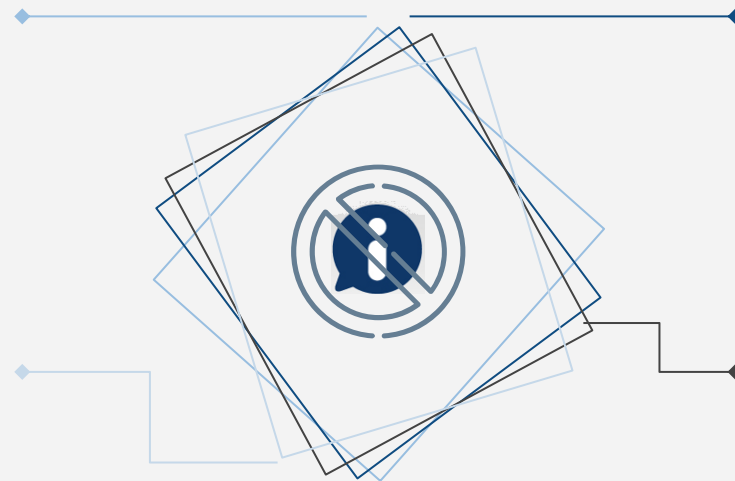
MARCAÇÕES NO SISTEMA

- **ACESSO PARCIALMENTE CONCEDIDO E ACESSO NEGADO:** sempre que um órgão negar o acesso a uma informação, deve indicar as razões da negativa, total ou parcial, especificando o **embasamento legal** que a fundamenta (art. 21 e seguintes da LAI). Além da citação legal, é importante que se **explique por qual motivo** ela se enquadra no pedido em questão.
- **NÃO SE TRATA DE PEDIDO DE INFORMAÇÃO:** possibilidade de alterar o tipo de manifestação.
- Não é considerado "**Acesso parcialmente concedido**" quando o solicitante pede determinada informação e o órgão concede outra.

MARCAÇÕES NO SISTEMA

- **PERGUNTA DUPLICADA:** orientamos que o primeiro pedido seja respondido. Nos demais pedidos, o SIC deve informar que a solicitação já foi tratada e indicar o Número Único de Protocolo (NUP) respondido.
- **ENCAMINHAMENTO DE PEDIDO:** antes de encaminhar o pedido, entrar em contato com o SIC do órgão ou entidade para confirmar se o assunto é memo de sua competência. Caso o assunto não seja da alçada do Poder Executivo Federal ou não se saiba de quem é a competência, deve-se explicar a situação no campo de resposta. Ademais, na medida do possível, deve-se orientar o solicitante sobre como obter a informação. Destaca-se que o **prazo é reiniciado** após um encaminhamento.

CASOS CONCRETOS



CASO CONCRETO - DECISÃO



PPDDH - Pedido 00105005863202481

25/12/2024 - Acesso Concedido

Dados do Pedido**Órgão Destinatário:** MDHC - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania**Especificação da decisão:** Resposta solicitada inserida no Fala.Br**Assunto do pedido:** Acesso à informação**Subassunto do pedido:****Pergunta**

25/12/2024

Solicito a informação do orçamento destinado ao Programa de Proteção de Defensores de Direitos Humanos anualmente, desde a sua criação, assim como o número de pessoas atendidas.

Resposta

22/01/2025

Senhor(a) Cidadão (ã), A equipe do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – MDHC encaminha resposta **EM ANEXO**, com a análise da área técnica responsável pelo assunto "PPDDH", conforme Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI). O Serviço de Informação ao Cidadão esclarece que, nos termos do artigo 21 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, eventual recurso sobre essa resposta deve ser apresentado no prazo de dez dias. Informamos que



Pesquisar



16:43

24/02/2025

Inadequação na marcação do campo decisão - Acesso Concedido

incisos II e III do art. 13, Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012:

Art. 13. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I - genéricos;

II - desproporcionais ou desarrazoados; ou

III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade.

1.6. Uma vez que o Programa vinculado a este Ministério foi instituído somente em 2019, por meio do Decreto nº 9.937, apresentar o orçamento do PPDDH, desde a sua criação, representaria um trabalho adicional de análise e consolidação de dados, desde 2004, que fogem à estrutura desta Pasta.

1.7. Por essa razão, apresentação das informações acerca do orçamento destinado ao PPDDH, produzidas e custeadas por este Ministério, limitam-se a período posterior ao ano de 2019, conforme tabela abaixo:

ANO	DOTAÇÃO ATUAL (ORÇAMENTO)
2019	6.245.200,00
2020	9.140.968,00
2021	8.571.192,00
2022	10.222.321,00
2023	18.890.819,00
2024	25.720.874,00

Além disso, ciente das ameaças relatadas, ainda nesta etapa o Programa pode adotar medidas protetivas emergenciais em benefício do requerente.

2.3. São *casos incluídos* aqueles que obtiveram decisão pela inclusão no PPDDH, seja pelo Conselho Deliberativo (CONDEL) ou pela Coordenação-Geral, ad referendum da deliberação do Conselho. Consideram-se, portanto, como “casos ativos” aqueles que apresentam status “Incluído” ou “Em Análise”. Tais casos permanecem ativos desde a data do pedido de inclusão até a sua desvinculação do Programa.

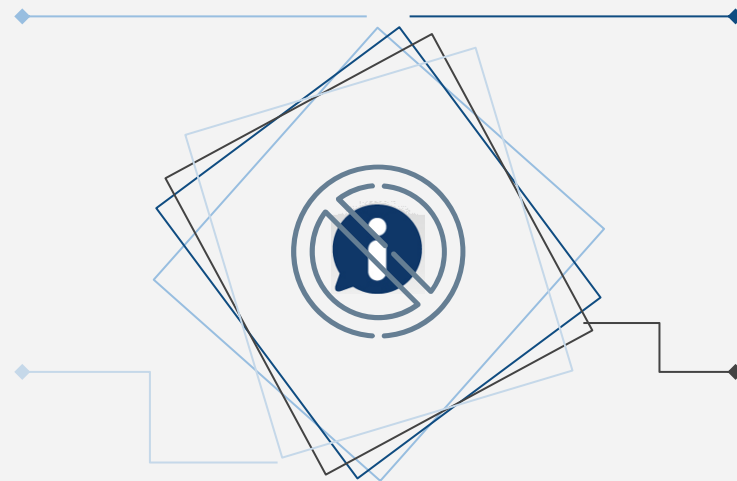
2.4. Com relação aos dados solicitados, informamos que, em busca aos registros em arquivos, Sistema Eletrônico de Informações, caixa de email e demais meios de manejo de dados, não foi possível localizar os dados referentes aos defensores acompanhados pelo programa anteriormente a 2019, desta forma, segue a apresentação dos dados a partir desse período.

2.5. A tabela abaixo apresenta o número de defensores de direitos humanos atendidos e ativos pelos PPDDHs, estaduais e federal, ao final de cada ano, no período de 2019 a 2024:

Anos	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Casos Ativos ao final de cada ano	591	605	733	843	1115	1304

Dados obtidos por meio do Banco de Dados interno do PPDDH, atualizado mensalmente por meio das informações das equipes técnicas federal e estaduais.

CASO CONCRETO - RESTRICÇÃO DE CONTEÚDO



Número de protocolo
00105.004660/2024-77

Tipo
Acesso à Informação

Esfera
Federal

Órgão destinatário
MDHC - Ministério dos Direitos Humanos
e da Cidadania

Resumo

Situação do protocolo do pedido de pensão especial

Fale aqui (teor)

A partir de informações do Núcleo da Comissão Interministerial de Avaliação - Pensão Hanseniasse, enviei por Correio os documentos da Sra. [REDACTED] portadora do RG nº [REDACTED] e do CPF [REDACTED], para o endereço: Setor Comercial Sul - B - Quadra 9 - Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate, Torre "A" - 8º Andar - CEP 70.308-200 - Brasília-DF - Brasil.

Contudo, até este momento não tive confirmação do protocolo ou informação sobre andamento.

Solicito informações sobre o recebimento dos documentos e andamento do pedido.

Segue a procuração em anexo.

Agradeço desde já.

Tipo Resposta Conclusiva	Responsável pela resposta GABINETE DA SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	Decisão Acesso Concedido	Especificação decisão Resposta solicitada inserida no Fala.Br
Destinatário Recurso 1º SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	Prazo para recorrer 21/11/2024 23:59	Restrição conteúdo Pública	
Resposta Prezado Cidadão (ã), Em resposta ao Pedido de Acesso à Informação, registrado na Plataforma "Fala.BR" sob o protocolo NUP nº00105.004660/2024-77 , após buscas internas realizadas, foi elaborada a seguinte resposta: A Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania recebe com atenção a solicitação de informação a respeito do processo de pensão por hanseníase da [REDACTED]			

Inadequações: preenchimento dos campos destinatário recurso e restrição de conteúdo

MARCAÇÕES NO SISTEMA

Restrição de conteúdo *

As manifestações e respostas serão disponibilizadas para consulta aberta com o objetivo de ampliar a publicação proativa de informações públicas, desde que não contenham informações pessoais ou protegidas por outras hipóteses de sigilo. Este pedido de acesso ou sua respectiva resposta contém informações sujeitas à restrição de acesso, conforme previsto na Lei 12.527/2011?

☐ Sim ☐ Não

Salvar rascunho

Responder

Este pedido de acesso ou sua respectiva resposta contém informações sujeitas à restrição de acesso, conforme previsto na Lei 12.527/2011?

MARCAÇÕES NO SISTEMA

Serviço de Informações ao Cidadão

Controladoria-Geral da União

Área responsável pela resposta: Serviço de Informações ao Cidadão.

Autoridade a ser direcionado eventual recurso de 1ª instância: Diretora de Proteção e Defesa do Usuário de Serviço Público

Prazo para interposição de recurso de 1ª instância: 10 dias.

Respondente

Restrição Conteúdo

Pública



Busca de Pedidos e Respostas

Lei de Acesso à Informação

Situação do protocolo do pedido de pensão especial - Pedido 00105004660202477

16/10/2024 - Acesso Concedido

Dados do Pedido

Órgão Destinatário: MDHC - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Especificação da decisão: Resposta solicitada inserida no Fala.Br

Assunto do pedido: Informações processuais

Subassunto do pedido:

Pergunta

16/10/2024

A partir de informações do Núcleo da Comissão Interministerial de Avaliação - Pensão Hanseníase, enviei por Correio os documentos da Sra. [REDACTED], portadora do RG [REDACTED] do CPF [REDACTED], para o endereço: Setor Comercial Sul - B - Quadra g - Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate, Torre "A" - 8º Andar - CEP 70.308-200 - Brasília-DF - Brasil. Contudo, até este momento não tive confirmação do protocolo ou informação sobre andamento. Solicito informações sobre o recebimento dos documentos e andamento do pedido. Segue a procuração em anexo. Agradeço desde já. Marcela Requião - OAB/PR 80.488

Resposta

11/11/2024

Prezado Cidadão (ã), Em resposta ao Pedido de Acesso à Informação, registrado na Plataforma "Fala.Br" sob o protocolo NUP nº00105.004660/2024-77, após buscas internas realizadas, foi elaborada a seguinte resposta: A Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania recebe com atenção a solicitação de informação a respeito do processo de pensão por hanseníase da Sra. [REDACTED]. A SINDPD/MDHC reconhece como absolutamente legítimo o anseio de filhos separados e pessoas submetidas ao isolamento domiciliar ou em seringais por uma regulamentação que dê efetividade jurídica à nova redação da LEI Nº 14.736/2023. Além disso, reconhece a urgência decorrente do fato que muitos filhos separados e pessoas submetidas ao isolamento domiciliar e em seringais são hoje pessoas idosas, têm problemas de saúde e esperam há décadas por uma justa reparação pelas graves violações de direitos que sofreram. Com a nova redação, foi dado o

Informações da Resposta

^ Data da resposta: 09/12/2024, às 16:44

Tipo
Resposta Conclusiva

Responsável pela resposta
Abcd

Decisão
Acesso Negado

Especificação decisão
Dados pessoais

Destinatário Recurso 1º
Chefe

Prazo para recorrer
19/12/2024 23:59

Restrição conteúdo
Pública

Resposta
teste

Respondente
Meu Nome

Editar restrição

Restrição de conteúdo

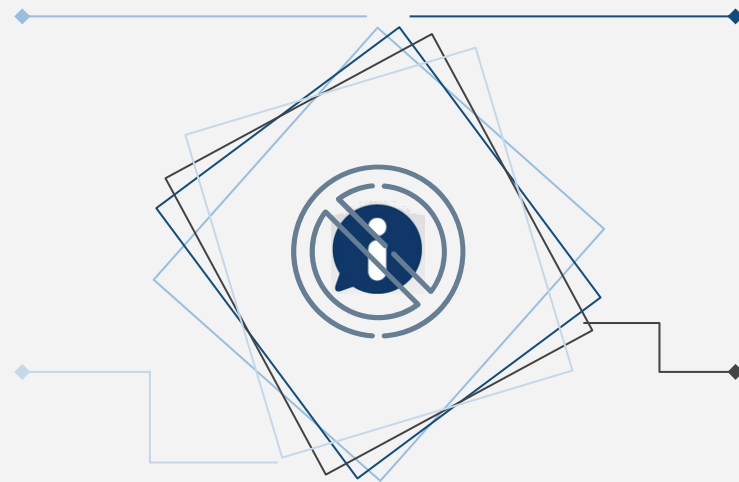


Não

Cancelar

Gravar

CASOS CONCRETOS - UTILIZAÇÃO DE ANEXOS



buscalai.cgu.gov.br/PedidosLai/DetailPedido?id=4057415

gov.br

Busca de Pedidos e Respostas

Lei de Acesso à Informação

Denúncias de neonazismo - Pedido 00105000509202206
16/02/2022 - Informação Inexistente

Dados do Pedido
Órgão Destinatário: MDHC - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
Especificação da decisão:
Assunto do pedido: Outros em Administração
Subassunto do pedido: Relatórios e levantamentos estatísticos

Pergunta
16/02/2022

Caros, gostaria de saber quantidade de notificações recebidas pelo Disque 100 referentes a denúncias de neonazismo na internet, nos anos de 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022. Peço que os dados venham separados pelo ano em que aconteceu e o estado onde foi o ocorrido.

Resposta
16/02/2022

Prezado(a) cidadão(ã), Em relação ao pedido de nº (00105.000509/2022-06) formulado por Vossa Senhoria, o Serviço de Informações ao Cidadão do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - SIC/MMFDH, informa que segue resposta "EM ANEXO" Nos termos do art. 21 do Decreto nº 7.724/12, eventual recurso sobre essa resposta deve ser dirigido ao Ouvidor Nacional de Direitos Humanos, no prazo de 10 dias, a contar da data desta decisão. Cabe ressaltar que a ferramenta do recurso não deve ser utilizada para especificar/reformular pedidos, pois nestas situações é necessário preencher novo formulário de solicitação. Atenciosamente, Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH)

Anexo Resposta

SEI_00105.000509_2022_06.pdf

26°C
Panc. de chuva

Pesquisar

CGU

15:49
24/02/2025

A informação poderia ser inserida no campo de resposta

Ao
Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Assunto: Manifestação LAI (Plataforma Fala.BR).

1. Trata-se de Manifestação de Ouvidoria, registrada na Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação - Fala.BR sob o NUP 00105.000509/2022-06, nos seguintes termos:

"Caros, gostaria de saber quantidade de notificações recebidas pelo Disque 100 referentes a denúncias de neonazismo na Internet, nos anos de 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022. Peço que os dados venham separados pelo ano em que aconteceu e o estado onde foi o ocorrido."

2. Primeiramente, insta esclarecer que a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH) do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) detém o papel de assegurar o funcionamento permanente de canais de comunicação com a sociedade, mantendo-os acessíveis ao acolhimento de denúncias acerca de violações de direitos humanos. Assim, a atuação da ONDH contribui para o desiderato estatal de preservar garantias individuais, direitos humanos e a concretização de direitos fundamentais.

3. Para a consecução desse objetivo, são operados por meio da ONDH dois serviços fundamentais para a proteção e garantia dos direitos humanos: o Disque Direitos Humanos - Disque 100 e a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180.

4. Além dos números telefônicos, ressalta-se que a ONDH possui outros canais para o recebimento de denúncias de violações de direitos humanos, como o site www.ouvidoria.mdh.gov.br; os aplicativos "Direitos Humanos Brasil" (DH Brasil) e "Sabe - Conhecer, Aprender e Proteger", com chat e sistema de videochamadas em Libras; além de atendimento via Telegram ([Direitoshumanosbrasil](https://www.direitoshumanosbrasil.org.br)) e WhatsApp (61 99656-5008).

5. Informamos que os dados das denúncias recebidas pelos canais de atendimento da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, referentes ao primeiro e segundo semestre de 2020, bem como os dados de 2021 e 2022 podem ser consultados no Painel de Dados da ONDH, disponível no link <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painelededadosdaondh>.

A informação poderia ser inserida no campo de resposta

6. Outrossim, os dados referentes aos anos anteriores a 2020 podem ser consultados no *link* <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/acesso-a-informacao/dados-abertos/disque100/relatorios>.

7. Feitas tais considerações e em atendimento à solicitação contida na referida manifestação, informamos que o Disque 100 não possui o marcador/caracterização para "neonazismo".

8. Dessa forma, não dispomos dos dados nos moldes do pedido formulado, razão pela qual se torna impossível responder ao Pedido de Informação contido na demanda.

9. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

A informação poderia ser inserida no campo de resposta

UTILIZAÇÃO DE ANEXOS

- Evitar anexos desnecessários. Recomenda-se que essa funcionalidade seja utilizada apenas em casos excepcionais, quando existir a necessidade de envio de planilhas, imagens, processos, por exemplo;
- Quando o uso de anexos for indispensável, é preciso que o órgão indique na resposta, quais documentos foram anexados;
- Em caso de .pdf, é recomendado que os arquivos sejam pesquisáveis e selecionáveis. Deve ser evitado o uso de PDFs baseados em imagem.

BOAS PRÁTICAS



BOAS PRÁTICAS PARA O ATENDIMENTO

FLUXOS INTERNOS

Fluxos internos bem definidos:
interlocutores, prazos,
responsabilidades

PEDIDOS FREQUENTES

Coloque a informação em
transparência ativa

TRANSPARÊNCIA ATIVA

Indique o link específico e,
preferencialmente, com um passo
a passo para localizar a
informação

VÁRIAS DEMANDAS

Verifique se todas as
informações solicitadas
estão sendo respondidas

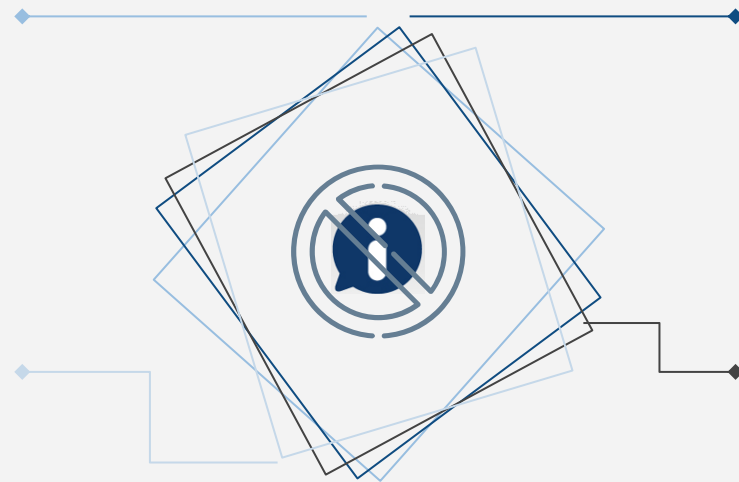
LINGUAGEM APROPRIADA

Linguagem clara, objetiva, simples e
compreensível. Evite: siglas,
jargões, tecnicismos e
estrangeirismos

TRANSPARÊNCIA POR DESENHO

Reavalie os fluxos de gestão da
informação, identifique as
informações que requerem
proteção e faça o tratamento

RESTRIÇÃO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

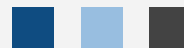


HIPÓTESES DE RESTRIÇÃO DE ACESSO



LEMBRE-SE! Se parte da informação é de acesso restrito, deve-se assegurar o acesso à parte não sigilosa por meio de **tratamento** da parte sob sigilo.

ATENÇÃO!



Sempre que o órgão negar o acesso a uma informação, **ele deve indicar as razões da negativa**, total ou parcial, do acesso

Restrições do SEI **não correspondem simetricamente** às restrições da LAI

Níveis de acesso no SEI:

- **Público:** utilizado para informações sobre as quais não recaia qualquer hipótese de limitação de acesso ou que seja de amplo conhecimento público em razão de ato de seu titular ou de terceiros
- **Restrito:** limitado aos usuários das Unidades em que o processo esteja aberto ou por onde tramitou
- **Sigiloso:** limitado aos usuários que possuem credencial de acesso SEI sobre o processo em determinada Unidade.



SIGILO BASEADO EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

+ Sigilo bancário

+ Sigilo empresarial

+ Sigilo fiscal

+

+ Sigilo decorrente de risco à

+

competitividade e à

+ Segredo de justiça

governança empresarial

+ Segredo industrial

+ Sigilo das Sociedades

Anônimas

NORMA ESPECÍFICA EQUIVALENTE OU SUPERIOR À LAI

INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL QUE IMPÕE O SIGILO

DEMONSTRAÇÃO DO NEXO ENTRE A INFORMAÇÃO SOLICITADA E O SIGILO IMPOSTO

NÃO É IGUAL À RESTRIÇÃO POR INFORMAÇÃO CLASSIFICADA



Sigilo de licitações, contratos e gastos governamentais

Informações sobre licitações, contratos e gastos governamentais, inclusive as que dizem respeito a processos conduzidos pelas Forças Armadas e pelos órgãos de polícia e de inteligência, são em regra públicas (art. 7º, VI) e **eventual restrição de acesso somente pode ser imposta quando o objeto a que se referem estritamente se enquadrar em uma das hipóteses legais de sigilo (art. 22) ou forem classificadas, nos termos do art. 23 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.**

Enunciado CGU nº 05/2023

Portaria Normativa CGU nº 71, de 10 de abril de 2023



INFORMAÇÃO CLASSIFICADA: HIPÓTESES

Risco à defesa e a **soberania nacionais** ou a **integridade do território** nacional

Risco à condução de negociações ou as **relações internacionais** do País, ou recebidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais

Risco à vida, à segurança ou à **saúde da população**

Elevado risco à estabilidade **financeira, econômica ou monetária** do País

Risco a planos ou operações estratégicas das **Forças Armadas**

+

+

+

Risco a projetos de **pesquisa e desenvolvimento científico** ou **tecnológico**, a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional

Risco à **segurança de instituições ou de altas autoridades** nacionais ou estrangeiras e seus familiares

Comprometer atividades de **inteligência, de investigação ou fiscalização**, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações

Risco à **segurança do Presidente, do Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos (as).**



IMPORTANTE!

1

A classificação **exige** o enquadramento em uma das 9 hipóteses indicadas e a elaboração do **Termo de Classificação da Informação (TCI)**

2

Informações que constam do TCI são **públicas, exceto** o campo “**razões da classificação**”

3

Informações protegidas por sigilos legais, documentos preparatórios e informação pessoal **não precisam ser classificadas**

GRAUS E PRAZOS DE RESTRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS

INFORMAÇÃO RESERVADA

Autoridades equivalentes a
DAS 5 ou superior
(delegação)

5 ANOS

INFORMAÇÃO ULTRASSECRETA

Presidente e vice-presidente
da República; Ministros de
Estado; Comandantes das
Forças Armadas; Chefes de
missões diplomáticas e
consulares permanentes no
exterior

25 ANOS
(+)

15 ANOS

INFORMAÇÃO SECRETA

Titulares de autarquias,
fundações ou empresas
públicas e sociedades de
economia mista





Abertura de informações desclassificadas

Transcorrido o prazo de classificação da informação ou consumado o evento que consubstancie seu termo final, a informação **tornar-se-á automática e integralmente de acesso público** (art. 24, § 4º), ressalvadas eventuais outras hipóteses legais de sigilo (art. 22) e a proteção de dados pessoais (art. 31), devendo o órgão ou entidade pública registrar tal desclassificação no rol de informações classificadas, que é de publicação obrigatória na Internet, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Enunciado CGU nº 06/2023

Portaria Normativa CGU nº 71, de 10 de abril de 2023

Informações Classificadas

Publicado em 23/03/2018 18h35

Atualizado em 28/01/2025 10h43

Compartilhe:



Em cumprimento ao artigo 45 do [Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012](#), o Ministério dos Direitos Humanos e da cidadania informa que não houve, até 22 de agosto de 2023, informações classificadas ou desclassificadas e divulga relatórios estatísticos sobre os pedidos recebidos e processados no âmbito da Lei de Acesso à Informação.

Rol de Informações Classificadas:

Desde a entrada em vigência da Lei de Acesso à Informação, **nenhum documento foi classificado** pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – MDHC, nos termos do art. 24 da Lei de Acesso à Informação.

Rol de Informações Desclassificadas:

Desde a entrada em vigência da Lei de Acesso à Informação, **nenhum documento foi desclassificado** pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – MDHC, nos termos do art. 24 da Lei de Acesso à Informação.

SISTEMA DE TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS



Uso obrigatório pelos órgãos e entidades do Poder Executivo federal para:

- registro das decisões de **classificação da informação**, de revisão, de reavaliação ou de desclassificação, formalizadas por TCI;
- publicação centralizada dos **róis de informações** classificadas e desclassificadas; e
- tratamento dos **pedidos de desclassificação**, de **revisão** ou de **reavaliação** de informação.

EXEMPLOS

Inicial: Solicito: 1. Ofício n.º 42/2018/GABCA/CA-MJ (6242939). 2. Ofício n.º 43/2018/GABCA/CA-MJ (6243196). 3. Acesso completo ao SEI nº 08802.004224/2009-11, com todos os documentos.

Decisão: Acesso Negado - **informação sigilosa classificada** conforme a Lei 12.527/2011

Resposta: Os ofícios integram o processo administrativo n.º 08802.004224/2009-11, que se encontra **classificado como de acesso restrito**, nos termos do § 3º do art. 26 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001. Dessa forma, o acesso público ao conteúdo solicitado não pode ser concedido. Nesse sentido, cabe ressaltar que, em observância às normativas aplicáveis, o acesso ao referido processo é restrito aos membros das unidades administrativas pelas quais tramita.

Recurso: Não foram informados: **1) grau de sigilo, 2) data da classificação, 3) autoridade que classificou os documentos como sigilosos.**

Resposta ao recurso: Informo que o referido processo **encontra-se classificado como de acesso restrito**, nos termos do § 3º do art. 26 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001. [...] **A classificação foi inserida em 05 de agosto de 2019. O setor responsável por inserir a classificação foi o Protocolo Geral.**

Art. 25. Observadas as disposições contidas no [art. 117 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), é vedado aos dirigentes dos órgãos e das unidades dos Sistemas referidos no art. 1º exercerem:

I - atividade de direção político-partidária;

II - profissão liberal;

III - demais atividades incompatíveis com os interesses da Administração Pública Federal, na forma que dispuser o regulamento.

Art. 26. Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado aos servidores dos Sistemas de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, no exercício das atribuições inerentes às atividades de registros contábeis, de auditoria, fiscalização e avaliação de gestão.

§ 1º O agente público que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação dos Sistemas de Contabilidade Federal e de Controle Interno, no desempenho de suas funções institucionais, ficará sujeito à pena de responsabilidade administrativa, civil e penal.

§ 2º Quando a documentação ou informação prevista neste artigo envolver assuntos de caráter sigiloso, deverá ser dispensado tratamento especial de acordo com o estabelecido em regulamento próprio.

§ 3º O servidor deverá guardar sigilo sobre dados e informações pertinentes aos assuntos a que tiver acesso em decorrência do exercício de suas funções, utilizando-os, exclusivamente, para a elaboração de pareceres e relatórios destinados à autoridade competente, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal.

§ 4º Os integrantes da carreira de Finanças e Controle observarão código de ética profissional específico aprovado pelo Presidente da República.

Art. 27. O Poder Executivo estabelecerá, em regulamento, a forma pela qual qualquer cidadão poderá ser informado sobre os dados oficiais do Governo Federal relativos à execução dos orçamentos da União.

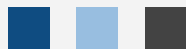
PONTOS DE MELHORIAS

Decisão atual: Acesso Negado - informação sigilosa classificada conforme a Lei 12.527/2011

Decisão sugerida: ACESSO NEGADO - INFORMAÇÃO SIGILOSA DE ACORDO COM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Resposta: Os ofícios integram o processo administrativo n.º 08802.004224/2009-11, ~~que se encontra classificado como de acesso restrito,~~ **que trata de informações financeiras/fiscais/bancárias, protegidas pelo sigilo fiscal/bancário/outro, previsto no art. XXX da Lei nº XX.XXX/XXXX.** Dessa forma, o acesso às informações é restrito aos servidores das unidades em que tramita, não podendo ser concedido ao público, sob pena de violação ao princípio da privacidade e da inviolabilidade da intimidade. ~~Nesse sentido, cabe ressaltar que, em observância às normativas aplicáveis, o acesso ao referido processo é restrito aos membros das unidades administrativas pelas quais tramita.~~

Resposta ao recurso: Informo que o **conteúdo do** referido processo ~~encontra-se classificado como de acesso restrito,~~ **é sigiloso,** nos termos do **art. XXX da Lei nº XX.XXX/XXXX...** [...] ~~A classificação foi inserida em 05 de agosto de 2019. O setor responsável por inserir a classificação foi o Protocolo Geral.~~



DOCUMENTO PREPARATÓRIO



Restrição **temporária** até que haja uma posição final sobre o assunto que é objeto do DOCUMENTO ou do PROCESSO

Restrição visa evitar que a divulgação antecipada **prejudique** o ato ou decisão a ser tomada

Fim do caráter temporário num determinado prazo, salvo se incidirem outras hipóteses de sigilo



EXEMPLOS

Inicial: Solicita-se acesso à íntegra dos documentos do Processo SEI nº 00135.215191/2023-81 que tramitou no MDHC.



Resposta: Informo que o Processo nº 00135.215191/2023-81, objeto da presente solicitação, **diz respeito a documentos preparatórios para edição de Decreto, ato de competência da Presidência da República.** Assim, conforme preconiza o art. 20, do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, prevê-se a restrição de acesso a esses documentos.

INFORMAÇÃO PESSOAL



Relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável.

Ex.: atributos genéticos, biométricos e biográficos.

Toda
informação
pessoal deve
ser restrita?



Não!!!
A LAI salvaguarda apenas
informações pessoais que se
refiram **à intimidade, à
vida privada, à honra e à
imagem.**



INFORMAÇÃO PESSOAL



Há exceções na restrição da informação pessoal (art. 31, da LAI e art. 57, do Decreto nº 7.724/2012):

- **Consentimento expresso do titular, ou**
- Prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização única e exclusivamente para o tratamento médico;
- Realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral; previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem;
- Cumprimento de decisão judicial;
- **Defesa de direitos humanos,**
- **Proteção do interesse público preponderante;**
- Para evitar prejuízos a processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido;
- **Recuperação de fatos históricos relevantes;**
- **Possibilidade de tratamento e a proteção do dado por meio da ocultação, da anonimização ou da pseudonimização** das informações pessoais relativas à intimidade, à vida privada, à honra e à

POR DENTRO DA LAI

Informações pessoais de agentes públicos solicitadas por terceiros

O órgão recebeu um pedido de acesso solicitando atestado médico, licenças concedidas (médica, maternidade, etc.), empréstimos consignados, celular pessoal, ou outro tipo de informação pessoal de um de seus agentes públicos. E agora, como responder?

De acordo com o art. 31 da LAI, as informações pessoais que devem ser protegidas são aquelas que se referem à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem, que possam expor seu titular a julgamento, discriminação, ou influenciar a forma como gostaria de ser visto por outros. **Essa proteção não impede que a informação seja fornecida a terceiros.**

- Caso haja o **consentimento expresso** da pessoa a que a informação se referir, ela pode ser entregue. Assim, o titular da informação pessoal solicitada pode ser consultado e decidir se autoriza a sua entrega. É importante, portanto, que o órgão avalie a conveniência e oportunidade de solicitar esse consentimento.
- Quando há **interesse público geral e preponderante** sobre uma informação pessoal, o consentimento pode ser dispensado.

Para fazer essa análise, leve em consideração alguns critérios, por exemplo:

- A informação ajuda a avaliar a gestão pública?
- Os benefícios da divulgação superam os possíveis danos à privacidade?
- A informação é indispensável para o controle social ou há alternativas menos invasivas?
- A informação ainda é relevante ou já perdeu sua importância?

PROCEDIMENTOS PARA ATENDIMENTO

+ Informação da própria pessoa, desde que comprovada a identidade do solicitante (art.60 Decreto 7.724/2012):

- Cadastro Gov.BR - selo prata ou ouro;
Ou
- Apresentação de documento de identificação;

+ Informação de terceiros, além da comprovação da identidade do solicitante:

- Condicionada à assinatura de Termo de Responsabilidade, disporá sobre a finalidade e destinação (art. 61 Decreto 7.724/2012);
- Condicionada ao consentimento expresso da pessoa a que se referirem (procuração); ou
- Nas hipóteses dos artigos 57 e 58 do Decreto 7.724/2012.



EXEMPLOS

Inicial: Sobre a pandemia do coronavírus no Brasil, no período compreendido entre março de 2020 a abril de 2022 solicito: 1) relação consolidada de matrículas de **empregados/servidores com suspeita de contração do vírus**; 2) relação consolidada de matrículas de **empregados/servidores que no primeiro teste foi detectada a contração do vírus**; 3) relação consolidada de matrículas de **empregados/servidores em que foi confirmada a contração do vírus por contraprova**; e 4) relação de empregados/servidores em **situação de isolamento**.

Resposta: Prezado Solicitante, informo que a informação solicitada é de cunho pessoal e, segundo os artigos 3º e 55 do Decreto nº 7.724/2012, não pode ser fornecida ao solicitante.

"Art. 3º Para os efeitos deste Decreto, considera-se: [...] V - informação pessoal - informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem; [...]"

"Art. 55. As informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem detidas pelos órgãos e entidades: I - terão acesso restrito a agentes públicos legalmente autorizados e a pessoa a que se referirem, independentemente de classificação de sigilo, pelo prazo máximo de cem anos a contar da data de sua produção; e II - poderão ter sua divulgação ou acesso por terceiros autorizados por previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que se referirem."



Prazo máximo para restrição de acesso fundamentada no art. 31, § 1º, da LAI

Na **ausência de indicação expressa** quanto ao prazo de sigilo da informação pessoal, **não se pode presumir a aplicação do prazo máximo** previsto no art. 31, §1º, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Nesses casos, deve-se **adotar a presunção de restrição de 15 (quinze) anos ou, quando possível, até o evento que permita determinar seu termo final**. Decorrido esse prazo, a Administração, mediante requerimento, deverá **realizar nova análise** da situação específica da informação. Este enunciado não gera qualquer prejuízo ao direito de solicitação de acesso à informação a qualquer tempo, nem ao exercício da autotutela administrativa.

Enunciado CGU nº 01/2024

Portaria Normativa CGU nº 176, de 30 de setembro de 2024



Monitoramento de decisões de pedidos de acesso negadas com fundamento no art. 31, § 1º, da LAI

O **relatório anual sobre o cumprimento das obrigações** previstas na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 que é apresentado ao dirigente máximo do órgão ou da entidade, nos termos do art. 67, inciso II, do Decreto nº 7.724/2012, **deverá detalhar as razões de aplicação do art. 31, §1º, da Lei nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011, como **fundamento para negativas de acesso à informação**.

A **Controladoria-Geral da União**, no exercício das competências estabelecidas no art. 68, incisos IV e VI, do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, e no art. 7º, inciso V, do Decreto nº 11.529, de 16 de maio de 2023, utilizar-se-á das informações para monitoramento da aplicação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, resultando, em um primeiro momento, em **ações de orientação aos órgãos**. No entanto, o reiterado descumprimento das orientações do órgão central sobre o uso do fundamento "informações pessoais" para negar pedidos de acesso à informação sujeitará o agente público à apuração de responsabilidade, conforme o disposto no art. 32 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Enunciado CGU nº 02/2024

Portaria Normativa CGU nº 176, de 30 de setembro de 2024



Registros de entrada e saída de prédios públicos

Os registros de entrada e saída de pessoas em órgãos públicos, inclusive no Palácio do Planalto, são passíveis de acesso público, exceto quando as agendas sobre as quais eles se refiram forem classificadas por se enquadrarem em hipótese legal de sigilo ou estiverem sob restrição temporária de acesso à informação, nos termos do art. 7º, § 3º da Lei n. 12.527/11.

Enunciado CGU nº 01/2023

Portaria Normativa CGU nº 71, de 10 de abril de 2023



Procedimentos disciplinares de militares

Aplicam-se aos pedidos de acesso a **processos administrativos disciplinares** conduzidos no âmbito das Forças Armadas as mesmas regras referentes aos servidores civis, **cabendo restrição a terceiros somente até o seu julgamento, nos termos do art. 7º, parágrafo 3º, da Lei nº 12.527/2011, sem prejuízo da proteção das informações pessoais (art. 31) ou legalmente sigilosas (art. 22), nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.**

Enunciado CGU nº 03/2023

Portaria Normativa CGU nº 71, de 10 de abril de 2023



Títulos acadêmicos e currículos de agentes públicos

Informações sobre currículos de agentes públicos, como títulos, experiência acadêmica e experiência profissional, são passíveis de acesso público, uma vez que são utilizadas para a avaliação da capacidade, aptidão e conhecimento técnico para o exercício de cargos e funções públicas.

Enunciado CGU nº 07/2023

Portaria Normativa CGU nº 71, de 10 de abril de 2023



Provas e concursos públicos

A divulgação de documentos e informações relacionados a candidatos aprovados em seleções para o provimento de cargos públicos, inclusive provas orais, são passíveis de acesso público, visto que a transparência dos processos seletivos está diretamente relacionada à promoção dos controles administrativo e social da Administração Pública, ressalvadas as informações pessoais sensíveis.

Enunciado CGU nº 08/2023

Portaria Normativa CGU nº 71, de 10 de abril de 2023



Informações financeiras a respeito de programas e benefícios sociais

Informações referentes a valores de benefícios pagos e a identificação de beneficiários de programas sociais, mesmo que operados por instituições financeiras, são de acesso público, em razão do disposto no art. 29, § 2º, XII, da Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021, **desde que respeitada a privacidade dos dados pessoais e dos dados sensíveis**, sem prejuízo dos demais requisitos elencados, conforme a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais). **Tais dados não são protegidos pelo sigilo fiscal, bancário, de operações e serviços no mercado de capitais, comercial, profissional ou industrial**, de que trata o art. 6º, I, do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

Enunciado CGU nº 10/2023

Portaria Normativa CGU nº 71, de 10 de abril de 2023



O fundamento "informações pessoais" **não pode ser utilizado de forma geral e abstrata** para se negar pedidos de acesso a documentos ou processos que contenham dados pessoais, uma vez que esses podem ser tratados (tarjados, excluídos, omitidos, descaracterizados etc.) para que, devidamente protegidos, o restante dos documentos ou processos solicitados sejam fornecidos, conforme preceitua o § 2º do art. 7º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, **assegurando-se o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo**. Além disso, a proteção de dados pessoais deve ser compatibilizada com a garantia do direito de acesso à informação, **podendo aquela ser flexibilizada quando, no caso concreto, a proteção do interesse público geral e preponderante se impuser**, nos termos do art. 31, § 3º, inciso V da Lei n. 12.527, de 2011, e dos arts. 7º, § 3º, e 23, caput, da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Enunciado CGU nº 12/2023

Portaria Normativa CGU nº 71, de 10 de abril de 2023



Nos pedidos de acesso à informação e respectivos recursos, as decisões que tratam da publicidade de **dados de pessoas naturais** devem ser fundamentadas nos arts. 3º e 31 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), vez que:

A LAI, **por ser mais específica**, é a norma de regência processual e material a ser aplicada no processamento desta espécie de processo administrativo; e

A LAI, a Lei nº 14.129/2021 (Lei de Governo Digital) e a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) são sistematicamente **compatíveis entre si e harmonizam os direitos fundamentais do acesso à informação, da intimidade e da proteção aos dados pessoais**, não havendo antinomia entre seus dispositivos.

Enunciado CGU nº 4/2022

LAI X LGPD: DIÁLOGO

LAI

Lei nº 12.527/2011

Previsão Constitucional – Art.5º:

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado

LGPD

Lei nº 13.709/2018

Previsão Constitucional – Art.5º:

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação

LAI X LGPD: DIÁLOGO

LAI

Lei nº 12.527/2011

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, **com o fim de garantir o acesso a informações** previsto no inciso XXXIII do art. 5º , no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

LGPD

Lei nº 13.709/2018

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o **tratamento de dados pessoais**, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, **com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa**

LAI X LGPD: DIÁLOGO

LAI

Lei nº 12.527/2011

Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

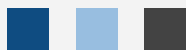
§ 5º Regulamento disporá sobre os procedimentos para tratamento de informação pessoal

LGPD

Lei nº 13.709/2018

Art. 3º - Esta Lei aplica-se a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados...

Art. 23 Administração pública pode realizar o tratamento de informações pessoais para atendimento de finalidade pública, no interesse público, para executar competências e obrigações legais



FERRAMENTA DE TARJAMENTO DO FALA.BR

A ferramenta identifica automaticamente a existência das seguintes informações pessoais:

- CPF
- RG
- E-mail
- Telefone
- Endereço
- Dados bancários

É possível analisar as marcações sugeridas, removendo-as ou incluindo novas.

HIPÓTESES DE NÃO ATENDIMENTO

GENÉRICO



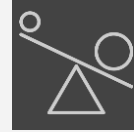
+

DESARRAZOADO



+

DESPROPORCIONAL



+

TRABALHO ADICIONAL



PEDIDO GENÉRICO

- Aquele que não tem dados importantes para a sua delimitação, tornando-se vago ou desproporcional;
- Não se deve exigir que o pedido contenha todos os elementos de especificação, mas somente os dados suficientes para sua compreensão;
- Buscar contato com o solicitante para tentar delimitar o pedido, apontando os dados faltantes ou não adequadamente apresentados.

EXEMPLOS

Inicial: Por gentileza, gostaria de saber: quais os CPFs, que terão direito à indenização de 15.000.00 reais? Aguardo a resposta. Grata.

”

Inicial: Bom dia! Gostaria de receber informações / dados sobre tráfico internacional de crianças para utilizar na elaboração do meu TCC. Desde já agradeço a atenção.

PEDIDO DESARRAZADO

- Aquele que se opõe aos interesses da sociedade, de sua segurança ou à integridade e soberania do Estado, estando em desconformidade com o interesse público;
- Não se deve avaliar a motivação do solicitante, mas se o pedido está de acordo com os objetivos da LAI e da Constituição.



Restrições de acesso em virtude da desarrazoabilidade do pedido

Pedidos de acesso à informação somente podem ser negados sob o fundamento da "desarrazoabilidade" se o órgão ou entidade pública **demonstrar haver risco concreto associado à divulgação da informação ou se a contextualização do pedido de acesso não for real ou quando os fatos que consubstanciarem o pedido não estiverem expostos conforme a verdade [...]**

Enunciado CGU nº 11/2023

Portaria Normativa CGU nº 71, de 10 de abril de 2023



EXEMPLOS

Inicial: Solicito inteiro teor de todas as atas do Conselho Deliberativo do Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas. Caso haja informações sensíveis/restritas, enviar Termos de Classificação ou tarjar as partes sensíveis e enviar o restante.

Resposta: Informamos que, no exercício de suas atribuições, o Conselho Deliberativo do Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (CONDEL) aprecia os Relatórios Técnicos Multidisciplinares apresentados pela Equipe Técnica. **Desses documentos constam todas as informações dos casos, bem como as ações realizadas, medidas protetivas e articulações institucionais. Portanto, os dados e as deliberações do CONDEL/PPDDH referentes aos defensores, comunicadores e ambientalistas em proteção constante nas atas solicitadas não podem ser divulgados de forma direta ou indireta, sob pena de vulnerabilizar a segurança e colocar em risco a vida desses e dos profissionais que executam tal proteção, nos termos do art. 2º, §2º do Decreto nº 9.937, de 24 de julho de 2019.**

Adaptação do NUP 00105.000660/2025-89

PEDIDO DESPROPORCIONAL

- Demanda que, por sua dimensão, compromete o trabalho de uma unidade por um período considerável;
- Informar, de forma clara e concreta, sobre o **impacto do atendimento** do pedido na rotina da unidade responsável pela produção da resposta e **à coletividade**;
- Um pedido pode ser desproporcional em um órgão, mas não em outro;
- Um pedido considerado desproporcional deverá deixar de sê-lo com o tempo.
- Investir e promover uma boa gestão documental (transparência por desenho);



Restrições de acesso em virtude da desproporcionalidade do pedido

Pedidos de acesso à informação [...] somente podem ser negados sob o fundamento da "desproporcionalidade" **se o órgão evidenciar não possuir recursos, humanos ou tecnológicos, para atender o pedido.** Para as duas situações, não podem tais argumentos serem utilizados como fundamento geral e abstrato para a negativa de acesso. Além disso, quando restar configurada a desproporcionalidade do pedido, o órgão ou entidade deve disponibilizar os meios para que o cidadão realize a consulta in loco, para efetuar a reprodução ou obter os documentos desejados, em conformidade com o disposto no art. 11, §1º, I, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Enunciado CGU nº 11/2023

Portaria Normativa CGU nº 71, de 10 de abril de 2023



EXEMPLOS

Inicial: Solicito uma consulta aos atos administrativos e programas do MDHC sobre educação sexual e o envio dos resultados da busca com os seguintes termos: “gay”; “lésbica”; “homossexual”; “bissexual”; “transexual”; “transgênero”; “travesti”; “LGBT”; “homoafetivo”; “mesmo sexo”; “orientação sexual”; “homofobia”; “transfobia”; “identidade de gênero”; “ideologia de gênero”; “pederastia”; “homossexualismo”; “transexualismo”; “GLS”; “opção sexual”. **O período a ser consultado seria de 01/01/1987 a 31/12/2022.**

Resposta: Como se verifica no pedido objeto da presente demanda, **não há delimitação sobre quais são os atos administrativos** aos quais se quer acesso. Trata-se, assim, de pedido genérico. Ainda, há a incidência da hipótese de pedido desproporcional, abarcado pelo art. 13, inciso II, do referido Decreto, tendo em vista que a **abrangência contida no pedido e o prazo delimitado da pesquisa, de 1987 a 2022, torna inviável a execução do levantamento das informações pela unidade responsável.** Por fim, destaca-se que **o tema “educação sexual” é amplo e diverso, vinculado não apenas às pautas LGBTQIA+.** Dessa forma, **caberia delimitar se a pesquisa** ora referida requereria apenas os dados relativos à educação sexual e pessoas LGBTQIA+ ou se trata-se de pedido direcionado a todas as pastas deste Ministério.

TRABALHO ADICIONAL

- Aquele que exige trabalhos de cruzamento, análise, consolidação ou interpretações de informações, que não foram feitos pelo órgão/entidade;
- Aquele que exige produção ou tratamento de dados que não sejam de competência do órgão ou entidade.
- Avaliar se o pedido **pode ser encaminhado ao órgão/entidade competente;**
- **Indicar o local onde se encontram as informações demandadas,** de maneira que o cidadão possa, ele próprio, realizar o trabalho de análise, interpretação e consolidação dos dados, atentando-se à existência de informações restritas, que devem ser tratadas previamente.



EXEMPLOS

Inicial: Solicito o fornecimento de **estatísticas mensais** de denúncias recebidas pelo CNDH, desde 2018, **indicando a data de recebimento, temática e providências adotadas**. Se algum dos dados já estiver disponível por transparência ativa, favor indicar a URL e o passo a passo sobre como localizá-los na URL indicada.

Resposta: Informamos que este Conselho Nacional dos Direitos Humanos (**CNDH**) **não dispõe de sistema que permita acesso a dados referentes às denúncias, no formato solicitado pelo demandante**. No entanto, sugerimos que **acesse** os Relatórios de Atividade anual e bienal do CNDH, na Plataforma Participa Mais Brasil, diretamente no **link:** <https://www.gov.br/participamaisbrasil/cndh> .

MATERIAL DE APOIO: SITE DA LAI <http://lai.gov.br>

Menu: Acesso à Informação


Busca: O que você procura?


Serviços recomendados para você | Serviços mais acessados do gov.br | Serviços em destaque do gov.br


Descubra como usar a Lei de Acesso à Informação (LAI) para garantir seus direitos


[Saiba mais](#)

O que você está procurando?

 **Faça seu pedido de acesso à informação aqui**

 **Consulte pedidos de acesso já respondidos**

 **Acompanhe o uso de recursos no Portal da Transparência**

 **Acesse os dados abertos por órgãos públicos**

Menu: Acesso à Informação

Busca: O que você procura?

SIC: Apoio e Orientações > Transparência Passiva > Capacitação

Capacitação

A fim de disseminar o conhecimento e promover a formação continuada em Acesso à Informação, a CGU desenvolve iniciativas como workshops, eventos presenciais e ao vivo, lives, treinamentos, cursos EAD e encontros da RedeSIC. Tais iniciativas são realizadas para **capacitar os servidores de órgãos e entidades responsáveis pelo atendimento às demandas de acesso à informação** quanto demais interessados em conhecer e exercer seu direito de acesso. Confira!

Iniciativas

Eventos
Presenciais ou a distância - cursos, treinamentos, workshops, palestras

Lives
Eventos ao vivo para o público

Cursos EaD
Treinamentos a distância para o público

Encontros RedeSIC
Eventos presenciais aos integrantes

MATERIAL DE APOIO: FERRAMENTAS DE BUSCA



Busca de Pedidos e Respostas

Lei de Acesso à Informação

A [Busca de Pedidos e Respostas](#) permite que qualquer pessoa consulte os pedidos de informação, feitos com base na Lei de Acesso à Informação, direcionados aos órgãos e às entidades do **Poder Executivo Federal** e as respectivas respostas fornecidas.

Estão disponibilizados os pedidos que foram cadastrados na [Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação \(Fala.BR\)](#), a partir de **31 de agosto de 2020**, e no antigo Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), a partir de **1º de julho de 2015**, com **exceção** dos pedidos que contenham informações restritas (pessoais ou sigilosas).

Termo de pesquisa:

Órgão

Selecione o item



Decisão

Selecione o item



■ Limpar filtros

Busca Avançada

Q Buscar



Busca de decisões da CGU e da CMRI

Versão 1.0.2

Busque aqui as decisões da Controladoria-Geral da União e da Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI), relativas aos recursos apresentados a essas instâncias no âmbito da Lei de Acesso à Informação. A busca pode ser realizada utilizando somente o campo textual ou combinando o texto com os demais filtros. Exemplo: para consultar decisões relativas a apenas uma das instâncias, digite o texto desejado no campo "Pesquisa" e selecione a opção desejada no filtro "Instância" localizado abaixo do campo de pesquisa. A busca pode ainda ser refinada utilizando a opção "Busca Avançada".

Termo de pesquisa:

Órgão

Selecione o item



Tipo Decisão

Selecione o item



Instância

Selecione o item

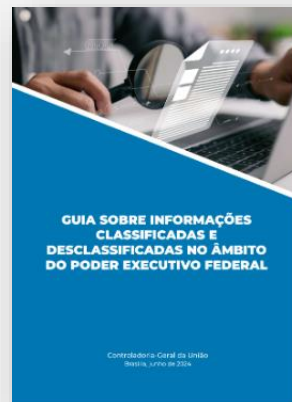
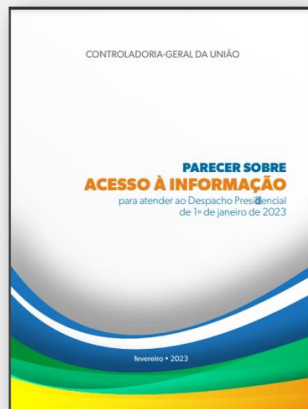
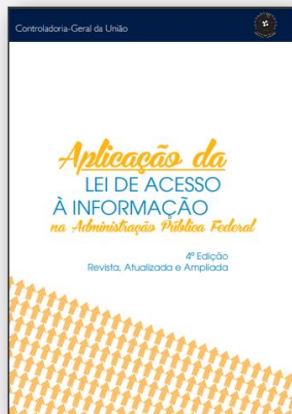


■ Limpar filtros

Busca Avançada

Q Buscar

MATERIAL DE APOIO: PUBLICAÇÕES



AGRADECEMOS SUA PARTICIPAÇÃO!!!



Coordenação-Geral de Promoção e Monitoramento de Acesso à Informação
Diretoria de Articulação, Supervisão e Monitoramento de Acesso à Informação
Secretaria Nacional de Acesso à Informação

Jessica Maciel e Mariana Pereira

acesso_informacao@cgu.gov.br